

DEPOIS DOS CRAVOS

LIBERDADES E INDEPENDÊNCIAS



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial da Série Monumenta

Editor

Leandro Pereira Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul, Brasil

Angela de Castro Gomes
Universidade Federal Fluminense /
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Elizabeth Cancelli
Universidade de São Paulo, Brasil

Fernando Catroga
Instituto de História e Teoria das Ideias/
Universidade de Coimbra, Portugal

Lucília Neves de Almeida Delgado
Universidade de Brasília, Brasil

Marieta de Moraes Ferreira
Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil /
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marlon Jeison Salomon
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Ruth Maria Chittó Gauer
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul, Brasil

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Evilázio Teixeira

Vice-Reitor

Jaderson Costa da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Carla Denise Bonan

Diretor da EDIPUCRS

Gilberto Keller de Andrade

Editor-Chefe

Jorge Campos da Costa

Beatriz Correa P. Dornelles

Carlos Alexandre Sanchez Ferreira

Carlos Eduardo Lobo e Silva

Eleani Maria da Costa

Leandro Pereira Gonçalves

Luciano Aronne de Abreu

Newton Luiz Terra

Sérgio Luiz Lessa de Gusmão

Série **9**
Monumenta

LEANDRO PEREIRA
GONÇALVES

MARÇAL
DE MENEZES
PAREDES

ORGANIZADORES

DEPOIS DOS CRAVOS

LIBERDADES E INDEPENDÊNCIAS


edipucrs
PORTO ALEGRE
2017

© EDIPUCRS 2017

CAPA Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO Camila Borges

REVISÃO DE TEXTO Fernanda Lisbôa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Epecê

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D422 Depois dos cravos : liberdades e independências /
organizadores Leandro Pereira Gonçalves, Marçal de
Menezes Paredes. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2017.
190 p. (Série Monumenta ; 9)

ISBN 978-85-397-1014-0

1. Portugal – História – 1974-. 2. Portugal – História. I.
Gonçalves, Leandro Pereira. II. Paredes, Marçal de Menezes.
III. Série.

CDD 23. ed. 946.9044

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

À LAIA DE UM PREFÁCIO | 7

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES
MARÇAL DE MENEZES PAREDES

1. DO ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO À POLÍTICA REAL:
A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974-1975 | 11

MARIA INÁCIA REZOLA

2. A TRANSIÇÃO PORTUGUESA:
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA | 43

FRANCISCO CARLOS PALOMANES MARTINHO

3. DEPOIS DE ABRIL: BRASILEIROS
SUSPEITOS EM PORTUGAL | 59

AMÉRICO FREIRE

4. RETÓRICA DE SILÊNCIO: MEMÓRIA POLÍTICA
DA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA | 81

SÍLVIA CORREIA

5. O 25 DE ABRIL, A EFÊMERA LIBERDADE E A PRECOCIDADE
DO MEDO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | 101

AUGUSTO NASCIMENTO

6. O 25 DE ABRIL E O MPLA | 157

MARCELO BITTENCOURT

SOBRE OS AUTORES | 187

1

DO ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO À POLÍTICA REAL: A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974-1975

MARIA INÁCIA REZOLA

É com surpresa e expectativa que, no dia 25 de abril de 1974, o mundo assiste ao derrube da mais antiga ditadura europeia contemporânea¹ em menos de 24 horas. O rastilho para o golpe fora ateadado pelo próprio regime quando, no verão de 1973, o ministro do Exército altera a contagem da antiguidade dos milicianos que optassem por ingressar no Quadro Permanente e proporciona a passagem dos oficiais do quadro especial ao quadro permanente mediante a frequência de um curso intensivo na Academia Militar. Se o objetivo de Sá Viana Rebelo era fazer face à falta de oficiais na frente de combate em África, as medidas acabarão por ter um efeito explosivo. Sentindo-se seriamente lesados, os oficiais oriundos de cadetes mobilizam-se

¹ A Ditadura é instaurada em Portugal na sequência do golpe do 28 de Maio de 1926, que derruba a I República (1910-1926). Assumindo, na primeira fase, uma feição militar (Ditadura Militar, 1926-1933), a ditadura é constitucionalizada em 1933, autodenominando-se de Estado Novo. Apresentando características similares a outros regimes autoritários conservadores do período, define-se como um estado forte e interventor em que, apesar dos equilíbrios constitucionais, se assiste a uma ampla concentração de poderes na figura do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e ao desenvolvimento de um amplo aparelho repressivo e propagandístico. Em setembro de 1968, na sequência de um acidente que o incapacita para continuar a exercer funções governativas, Oliveira Salazar é substituído por Marcelo Caetano que enceta uma fracassada tentativa de "liberalização" do regime".

e constituem o Movimento dos Capitães (Évora, 9 de setembro de 1973). Esta é uma reação inevitável, num momento em que é evidente a recusa de Marcelo Caetano² em encontrar uma solução política para a guerra colonial e se adensam os sinais da crise que a ditadura portuguesa atravessava.

Há muito que o processo de transição liberalizante encetado por Caetano, nos seus primeiros anos de governação, caíra num impasse. Confrontando-se com os meios estudantis em crescente efervescência, minados pelas novas organizações de extrema-esquerda, e com um desafiante movimento reivindicativo que se adensa numa sucessão de greves e mobilizações na indústria, serviços e sindicatos, sobretudo depois de os efeitos da crise petrolífera mundial deixarem patentes as estruturais debilidades da economia portuguesa, o marcelismo transforma-se numa autêntica panela de pressão prestes a implodir. Incapaz de liderar um processo de reforma que criasse as condições para uma transição gradual para a democracia, Marcelo Caetano é um político ultrapassado e crescentemente isolado, como o atesta a saída da esmagadora maioria dos deputados da Ala Liberal³ da Assembleia Nacional em janeiro de 1973. Quando, a 16 de março de 1974, um grupo de oficiais do Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha leva a cabo uma tentativa de golpe de estado (Golpe das Caldas), os dias do regime estavam já contados.

² Marcelo José das Neves Alves Caetano (1906-1980). Político, jurista, historiador do direito, doutrinador do corporativismo, último Presidente do Conselho do Estado Novo. A sua vida política confunde-se com a história do regime que ajudou a fundar e que serviu nos mais altos cargos. Destacam-se o de comissário nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944), ministro das Colónias (1944-1947), presidente da Câmara Corporativa (1949-1955), ministro da Presidência do Conselho de Ministros (1955-1958) e Presidente do Conselho (1968-1974).

³ Nome dado aos deputados que, tendo aceitado integrar as listas da União Nacional nas eleições de 1969, eram portadores de um projeto reformista, acreditando ser possível concretizá-lo a partir do parlamento do regime. Integrando nomes como José Pedro Pinto Leite, João Miller Guerra, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota (estes três últimos viriam a fundar, depois de derrubada a ditadura, o Partido Popular Democrático), a Ala Liberal empenha-se na apresentação de projetos em matérias de direitos e garantias, incidindo sobre áreas tão sensíveis como a liberdade de imprensa, a liberdade religiosa ou a organização judiciária.

Apesar dos múltiplos sinais de que o seu fim era iminente, o colapso da ditadura foi súbito e paradoxal. O próprio regime parece ter sido apanhado de surpresa, entregando-se, sem praticamente resistir, enquanto centenas de milhares de pessoas saem à rua para saudar o seu derrube.

O impacto desta intervenção transcende as fronteiras nacionais num mundo dividido pela Guerra Fria e profundamente abalado pelo choque da recente crise petrolífera. Os que, porventura, se apressaram a estabelecer um paralelo entre estes acontecimentos e os que, um ano antes, tinham ocorrido no Chile (“Golpe Pinochet”) rapidamente se desenganaram.

Negando todas as previsões e os modelos mais comuns de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os protagonistas do golpe de estado em Portugal apresentam um programa democratizador onde, para além da restauração das liberdades fundamentais, estão previstas a constituição de um governo civil e a realização de eleições livres. Do mesmo modo, imprevisivelmente, depois de mais de uma década a lutar nas frentes de África, os militares iniciam um processo de descolonização que se traduzirá, a breve trecho, na concessão da independência aos antigos povos coloniais.

Uma situação singular que apanha desprevenida a comunidade científica, a braços com a difícil tarefa de integrar o caso português na grelha de análise estabelecida para as transições. Esta era, assinala Thomas Bruneau, uma transição “inesperada”, que deixava patentes as limitações dos estudos até então desenvolvidos: “confiando nas visões estereotipadas da sociedade portuguesa e na literatura teórica sobre o estado e a sociedades nos países em desenvolvimento, ninguém a poderia ter antecipado” (BRUNEAU, 1989, p. 9).

As perspetivas quanto à emergência de um novo modelo de transição adensam-se à medida que se torna óbvio que a queda da ditadura em Portugal assinala o início de uma *Terceira Vaga* de democratizações (HUNTINGTON, 1991). Dois meses depois, uma

revolução põe fim à Ditadura dos Coronéis na Grécia. Seguem-se a Espanha, vários países da América Latina (Chile, Argentina, Brasil, etc.) e, na década de 1980, a Europa de Leste. O 25 de Abril sinalizara o início de um processo que transcende as fronteiras nacionais e cujo mérito histórico ninguém consegue negar.

A originalidade da transição portuguesa é, de imediato, assinalada por alguns órgãos de imprensa internacionais. Nos primeiros dias de maio de 1974, refletindo sobre os recentes acontecimentos, a *Newsweek* chama a atenção para o facto de os portugueses sempre terem revelado uma “maneira muito sua” de fazer “as coisas”, utilizando como exemplo o facto de “mesmo aquele sangrento espetáculo ibérico, a tourada”, adquirir em Portugal “uma característica especial, cavalheiresca, pois o touro nunca é morto” (*Newsweek*, 6 mai. 1974).

Todos os que, do exterior, observaram a evolução política portuguesa nesses anos de 1974-1975 são unânimes em destacar a sua excepcionalidade. O jornalista do *Le Monde* Dominique Pouchin refere-se-lhe como o “último teatro leninista”, uma “Cuba na Europa do Sul” (POUCHIN, 1994). As viagens de turismo cultural organizadas pela conhecida agência *Nouvelle Frontières* deixam patentes que, para os jovens europeus, acabados de sair da experiência do Maio de 68, esta era a possibilidade de observar *in loco* o que apenas conheciam dos manuais. Portugal era um laboratório de análise e experimentação política e social, onde decorria a última revolução de esquerda da Europa.

1.1 Consensos e polémicas sobre a revolução de Abril

O debate em torno da natureza do 25 de Abril está, de certa forma, superado. Segundo o historiador César de Oliveira, trata-se de um golpe militar que o povo nas ruas transformou em Revolução (OLIVEIRA, 1993, p. 166). A tese que, com *nuances*, reúne amplo consenso no meio académico é partilhada por alguns dos mais destacados dirigentes

políticos e militares do período. Mário Soares⁴, por exemplo, defende que “a Revolução de Abril foi verdadeiramente uma revolução e não apenas uma revolta militar”. Segundo o líder socialista, trata-se de uma revolução porque “modificou as estruturas da nação portuguesa. Modificou-as, de facto. Não foi apenas uma mutação política. Representou uma mutação económica e social e acima de tudo uma mutação cultural” (SOARES, 1994, p. 53).

No mesmo sentido, o dirigente comunista Álvaro Cunhal⁵ defende que “a ação militar do 25 de Abril começou por ser um golpe militar” que, no próprio dia 25, se transforma numa “Revolução com levantamento militar e o levantamento popular e com uma dinâmica revolucionária animada e impulsionada pela classe operária e pelas massas populares e animada por objetivos de transformação profunda da sociedade” (CUNHAL, 1999, p. 102 e 111). Em suma, sintetiza Pezarat Correia⁶, “está hoje adquirido que o 25 de Abril foi um golpe de estado militar que, pela ampla adesão popular e movimentação social que desencadeou, deu lugar a um processo revolucionário” (CORREIA, 1994, p. 31).

Existe também um acordo quanto à existência de três fases centrais no processo revolucionário português. A primeira, que coincide com os meses de maio a setembro de 1974, é dominada pelo confronto en-

⁴ Mário Alberto Nobre Soares (1924): político português, militante antifascista e fundador do PS, é um dos mais proeminentes políticos do período revolucionário e da vida política portuguesa da segunda metade do século XX. Ocupou cargos de destaque como o de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1974-1975), Primeiro-Ministro (1976-1977; 1978; 1983-1985) e Presidente da República (1986-1996).

⁵ Álvaro Barreirinhas Cunhal (1913-2005): político português, militante antifascista e histórico dirigente comunista, foi sucessivamente preso pela polícia política do regime (no total esteve 15 anos preso). Regressado do exílio cinco dias depois do 25 de Abril de 1974, é um ator fundamental da Revolução portuguesa.

⁶ Pedro Pezarat Correia (1932) é oficial do Exército português na reforma e académico. Tendo integrado, desde o início, o Movimento dos Capitães, é um destacado membro do MFA no período da revolução e participa ativamente nas negociações que conduziram à independência de Angola. Dos múltiplos cargos que ocupou, destacam-se o de Conselheiro da Revolução (1975-1982) e o de Comandante da Região Militar Sul (1975-1976).

tre o Presidente da República, António de Spínola⁷, e a Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA).⁸ Ainda que, em causa, estivessem um projeto político mais amplo e a forma como se deveria processar a transição, o cerne da disputa trava-se em torno da questão colonial. Em outubro de 1974, na sequência do afastamento de Spínola, inaugura-se de um novo momento político. Estando já decidida a descolonização, novos temas dominam a ordem do dia, destacando-se a institucionalização do MFA (de maneira a que lhe fosse assegurado um lugar no aparelho de Estado), a realização de eleições, a elaboração de um Programa de Política Económica e Social (PPES) e a questão da *unicidade sindical*.⁹ Finalmente, fracassada uma nova tentativa de golpe de estado, protagonizada por Spínola, a 11 de março de 1975 a revolução acelera o seu passo. Como teremos oportunidade de analisar, o poder militar institucionaliza-se através da criação do Conselho da Revolução (CR). São decretadas as nacionalizações da Banca e das companhias de seguros e dão-se os primeiros passos para a reforma agrária. É no decurso desta terceira e última fase da Revolução, que culmina no 25 de Novembro de 1975, que todas as posições se radicalizam, parecendo precipitar o país para uma guerra civil.

⁷ António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996), oficial do Exército português. Tem uma brilhante carreira militar, servindo em várias unidades do Exército e da GNR. Em 1961, pouco depois da eclosão da Guerra Colonial, faz uma comissão de serviço no Norte de Angola (1961-1963), onde se destacou pela sua coragem física. Em 1968 é nomeado comandante-chefe e governador da Guiné, cargo que acaba por o catapultar em termos políticos. Regressado à metrópole no verão de 1973, reintegrado no regime como vice-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (janeiro de 1974), impulsiona decisivamente o movimento dos capitães com a publicação do seu livro *Portugal e o Futuro*, onde defende que a solução para a guerra colonial é política e não militar. Em inícios de Março é demitido.

⁸ Órgão diretivo do Movimento dos Capitães e, depois, do Movimento das Forças Armadas, constituído em outubro de 1973. Depois do 25 de Abril de 1974, assume também a designação de Comissão Coordenadora do Programa do MFA e assume uma expressão legal com a integração dos seus membros no Conselho de Estado, em maio de 1974.

⁹ Termo cunhado por Francisco Salgado Zenha, no âmbito da forte polémica gerada pelo projeto de lei das associações sindicais, apresentado pelo subsecretário de estado do trabalho (o dirigente comunista Carlos Carvalhas), que favorecia a existência de uma central sindical única, imposta por lei. A polémica acaba por dar lugar aos primeiros confrontos sérios entre o PS e o PCP, deixando antever os confrontos que percorrem o país no *Verão quente* de 1975.

Apesar do consenso relativamente à natureza do 25 de Abril e aos ritmos essenciais da revolução, muitos outros aspectos permanecem polémicos. Iniciado nos anos 1980-1990 pela primeira vaga de estudos académicos sobre a revolução portuguesa, um dos debates de fundo incide sobre a importância relativa de cada um dos atores e agentes do processo. Foram os militares os seus protagonistas? Foi o MFA o *motor da Revolução*? Qual a importância dos partidos políticos? E das mobilizações de *massas*?

Segundo José Medeiros Ferreira, “as forças genéticas da revolução” foram as Forças Armadas e sua “metamorfose política”, o Movimento das Forças Armadas. Em seu entender, “o pensamento estratégico da revolução” pertence à “instituição militar” (FERREIRA, 1983, p. 214). Esta linha interpretativa que, em última análise, recupera a tese dos *militares revolucionários*, de um MFA como “motor da revolução”, é partilhada por muitos outros autores. O historiador catalão Sánchez Cervelló, por exemplo, advoga que as Forças Armadas tiveram um papel hegemónico na condução do país, tendo as forças políticas atuado apenas como “referentes”, sem capacidade de modificar “o sentido e o ritmo das alterações que os responsáveis castrenses desejavam” (SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993, p. 430).

Diversa é a posição de António Reis que, sem negar a importância dos militares, coloca a ênfase na ação das elites políticas. Em seu entender, estamos perante um processo que, “tendo aparentemente como atores principais os militares autores da revolução”, será decisivamente condicionado “pelas posições das diferentes forças partidárias e pelos apoios populares que cada uma delas granjeará” (REIS, 1994, p. 19). Em concreto, chama a atenção para o facto de “a articulação entre as componentes civis e militares” não poder ser interpretada “em termos de subordinação de umas às outras”, existindo em todo o processo “uma margem de autonomia recíproca”, mas também uma “mútua dependência entre as diferentes componentes militares e as suas correspondentes civis” (REIS, 1995, p. 572).

Finalmente, e ainda que fora do âmbito estritamente historiográfico, outros autores que, como Boaventura de Sousa Santos, chamam a atenção para a revitalização da sociedade civil e a emergência de novas dinâmicas sociais, fazendo recair a tónica no papel desempenhado pelas massas populares, pelas suas manifestações de rua e ações coletivas (SANTOS, 1998). A crise do Estado, o protagonismo político e social do MFA e a radicalização dos movimentos sociais em 1974-1975 foram ainda tema de uma quantidade apreciável de estudos de politólogos, sociólogos e historiadores, na maioria estrangeiros. É por isso incontornável a referência a obras pioneiras como a de Nancy Bermeo (1986) sobre a reforma agrária, John Hammond (1988) sobre os movimentos sociais urbanos ou Durán Muñoz (1997) sobre a dinâmica de crise do Estado sob pressão dos movimentos sociais.

Uma análise do complexo processo revolucionário permite-nos concluir que, independentemente da tese adotada, qualquer resposta à paradigmática questão “quem comandou a Revolução?” terá de ter em conta os seus três atores centrais. Além do mais e apesar de, em nosso entender, os militares terem sido os protagonistas destacados do processo de transição, o seu poder não foi sempre o mesmo. A grande fratura opera-se no Verão de 1975, momento em que o MFA se dilui numa multiplicidade de fações, facto que debilita irreversivelmente a sua capacidade de comando. Esta crise de direção e as contradições programático-ideológicas no seio do Movimento criam o terreno propício para um novo protagonismo das forças político-partidárias e movimentos sociais que, desde a queda da ditadura, se manifestavam com crescente intensidade.

1.2 Os movimentos sociais

A mudança de regime potenciou uma explosão de lutas sociais e a emergência de um poder popular que se traduziu na constituição de organizações populares de base e noutras formas de democracia participativa. Apesar da sua brevidade, a fase revolucionária da transição

portuguesa foi particularmente intensa, proporcionando mudanças estratégicas na estrutura socioeconómica. Num país até então caracterizado por um baixo nível de mobilização e conflitualidade social, a explosão social afeta todos os meios. Desenvolve-se nas ruas, nos bairros, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, através de manifestações, greves, purgas políticas (*saneamentos*), ocupações, criação de comissões de moradores e de trabalhadores, etc. Um processo que o envolvimento popular verificado no próprio dia do golpe de estado deixara antever, mas cujas proporções e consequências são completamente inesperadas.

As dimensões e características das mobilizações sociais a que se assiste no Portugal de 1974-1975 dão conta que o fenómeno não se limita a ser um reflexo ou resultado da descompressão social e política desses momentos. O cerne da questão reside na fragilidade do Estado e na sua (in)capacidade de repressão. A pulverização de centros de poder, a luta institucional e a crise do Estado a que se assiste, na sequência do derrube da ditadura, vão criar as condições propícias para a emergência, o desenvolvimento e a consolidação dos movimentos populares. Uma “janela de oportunidades” a não desperdiçar, permitindo mesmo a veicidade de alguns desses movimentos a constituir-se como alternativas ao próprio Estado.

A ação dos movimentos sociais constitui uma peça fundamental do processo revolucionário português. Desde logo, pelo grau de conflituosidade que proporciona, ao acionar o “controlo operário”, as ocupações de casas e empresas e ao pressionar o executivo a dar satisfação às suas reivindicações. Fortemente abalados com a mudança de regime, os detentores do poder económico e as classes dominantes revelam uma flagrante incapacidade de resposta ou de mobilização de apoios na contenção do movimento social. À conflituosidade junta-se a perturbação ou a intranquilidade social. Saliente-se, no entanto, que, em nosso entender, mais que o motor, estes movimentos são parte integrante de um mais amplo processo de luta e mudança em curso.

Acompanhando os ritmos da revolução, os movimentos sociais desenvolvem-se, diversificam-se e complexificam-se, escapando ao controlo dos poderes instituídos. A tendência acentuar-se-á, como referimos, à medida que se torna óbvia a fragmentação e fragilidade do poder central. A percepção da debilidade do controlo estatal faz com que os movimentos sociais entrevejam a possibilidade de radicalizar as suas ações. Acresce que muitas destas iniciativas rapidamente se beneficiam da conivência e apoio de setores do MFA, nomeadamente os que gravitavam em torno de estruturas como o COPCON¹⁰ ou a 5.^a Divisão¹¹, que, desta forma, acabam por funcionar como “chapéu” protetor e legitimador.

Mais difícil é estabelecer com precisão os limites ou o âmbito de interação entre estes movimentos populares e as organizações e movimentos político-partidários. Nos momentos iniciais, detetamos uma grande espontaneidade e autonomia do(s) movimento(s) social(ias). No entanto, progressivamente, à medida que os campos se radicalizam e a luta política se torna mais violenta, a situação altera-se. As diferentes forças políticas em presença tentam, à sua maneira, “aproveitar-se” ou capitalizar a força do movimento em seu favor. A partir de então, as crises políticas correspondem a cada vez maiores mobilizações populares.

Apesar das incógnitas relativamente às relações estabelecidas entre estes movimentos e a forças político-militares atuantes na revolução, a importância dos primeiros é inegável. Estes foram momentos únicos

¹⁰ O Comando Operacional do Continente (COPCON) é criado a 8 de julho de 1974, sob o comando de Otelo Saraiva de Carvalho. Concebido como um órgão militar executivo, de rápida intervenção, o COPCON dispunha de poderes para mobilizar todas as unidades do Exército e, se necessário, das forças especiais da Armada (fuzileiros) e Força Aérea (paraquedistas). Concebido como o “braço armado” do MFA, os seus poderes são amplos, podendo intervir diretamente na manutenção e restabelecimento da ordem pública.

¹¹ A 5.^a Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas é criada no mesmo dia em que toma posse o II Governo Provisório (18 de julho de 1974), como resposta à necessidade sentida pela Coordenadora do MFA de levar a cabo uma campanha militar de esclarecimento para difundir e propagandear o seu ideário. Ou seja, na prática, funcionaria como um gabinete de “relações públicas” do MFA.

que assinalam experiências inéditas em Portugal de envolvimento das populações na vida nacional. Pessoas comuns, sem qualquer experiência ou tradição de participação política, ganham consciência do seu poder, envolvem-se em movimentos reivindicativos, organizam-se e intervêm diretamente para solucionar os seus problemas. Com estas iniciativas, condicionam algumas opções e mudanças políticas e transformam decisivamente a sociedade portuguesa. E deixam patente que, apesar de tudo, “a participação das massas e a democracia direta são possíveis e podem produzir mudanças qualitativas nas condições materiais locais e nas relações políticas nacionais” (DOWNS, 1989, p. 136). Em suma, uma experiência sem a qual um retrato do processo revolucionário português será necessariamente incompleto.

1.3 Comissões de moradores

Uma das manifestações mais características do movimento social português durante a Revolução foi o processo de ocupação de casas e a constituição de comissões de moradores, longamente estudado por investigadores como Charles Downs (1983), John L. Hammond (1988) ou Diego Palacios Cerezales (2003). Trata-se de um fenómeno espacialmente localizado, centrado essencialmente nas zonas urbanas da Grande Lisboa e do Grande Porto, que, nos seus momentos iniciais, tem particular incidência nos bairros de lata, sociais e camarário, alargando-se, posteriormente, a outras áreas.

Apesar das diferenças temporais e espaciais, é possível afirmar que estas comissões representavam comunidades cujos problemas mais prementes estavam por solucionar. Por isso, nos seus cadernos reivindicativos, algumas ideias são recorrentes: habitação condigna, redução dos valores das rendas, melhoria das infraestruturas (água canalizada, luz, gás ou saneamento básico), equipamentos sociais (creches, farmácias e escolas), transportes coletivos, etc. Segundo Charles Downs (1983), estamos perante um movimento que se regeu

por três princípios basilares: autonomia, unidade e apartidarismo. No entanto, segundo outros autores, existiu uma clara presença dos partidos nas comissões de moradores, assinalando o papel nelas desempenhado pelo Movimento Democrático Português (MDP), Partido Comunista Português (PCP) e diferentes grupos maoístas (PALACIOS CEREZALES, 2003).

As mudanças na esfera político-militar ocorridas ao longo da revolução têm inevitáveis reflexos na evolução do movimento ocupacional e nas comissões de moradores. O afastamento de António de Spínola e dos militares conversadores da esfera do poder, em finais de setembro de 1974, constitui um momento de revitalização do movimento. Desde logo, com as investidas da 5.^a Divisão, cujas “ações cívicas” e “campanhas de dinamização cultural” promovem uma maior participação das populações nas ações públicas e coletivas. As Comissões de Moradores ganham nova legitimidade. Acresce, ainda, a intervenção dos arquitetos e técnicos do Serviço Ambulatório de Apoio Local – o SAAL – criado, em inícios de agosto de 1974, com o objetivo de definir e implementar uma nova política de habitação. Por detrás da iniciativa estava uma nova conceção de arquitetura ao serviço das populações, a quem era reconhecido um papel central na definição e condução das intervenções urbanísticas. Um projeto de “autoconstrução assistida”, incorporando a iniciativa dos próprios interessados (BANDEIRINHA, 2001).

O 11 de Março reforça esta tendência, tanto mais que, a partir de então, as ocupações, “espontâneas” ou organizadas, levadas a cabo por iniciativa individual ou por intervenção de comissões de trabalhadores, recebem um crescente apoio por parte de estruturas do MFA como o COPCON e a 5.^a Divisão. As Forças Armadas, tradicional arma de repressão e de defesa do capital, juntavam-se e encorajavam o ataque à propriedade privada. O processo assume uma nova feição e dimensão com a criação de creches, parques infantis, centros de saúde (“clínicas do povo”) em alguns dos imóveis ocupados. A ocu-

pação de casas torna-se cada vez mais uma atividade planificada e organizada por forças políticas radicais, defensoras do poder popular, como o MDP/CDE e o PCP.

Tal como se verifica noutros domínios, este movimento irá também ressentir-se da intensificação da luta político-militar que percorre o país a partir do Verão de 1975. A unidade ambicionada desfaz-se perante as crescentes divergências programáticas, políticas e ideológicas. A tensão entre as comissões de índole política e as de carácter mais prático e imediato deixa patente o mal-estar que se instala. Estas cisões não impendem, no entanto, uma ampla mobilização quando o VI Governo Provisório¹² anuncia a sua pretensão de proceder ao desalojamento dos imóveis ocupados. A resposta das comissões de moradores a esta tentativa de normalizar o funcionamento do Estado traduz-se no seu envolvimento nas lutas de outros setores revolucionários (como os SUV¹³, o “caso CICAP/RASP”¹⁴ ou o da Rádio Renascença¹⁵, etc.). Uma aliança tática, que alarga consideravelmente a base social de apoio da esquerda revolucionária, mas que acabará por se revelar fatal.

1.4 Reforma agrária

A mobilização nos campos é mais lenta que a verificada no espaço urbano. As primeiras ocupações de terra, incidindo essencialmente na região latifundiária alentejana, iniciam-se em finais de 1974. São o culminar

¹² Toma posse a 19 de setembro de 1975, na sequência do afastamento de Vasco Gonçalves que chefiara o II, III, IV e V Governos Provisórios.

¹³ Organização militar clandestina ligada ao PCP, criada no verão de 1975.

¹⁴ O episódio que ficou conhecido como o “Caso CICAP-RASP” (Centro de Instrução de Condutores Auto do Porto e Regimento de Artilharia da Serra do Pilar) é despoletado nos primeiros dias de outubro de 1974, quando o comandante da região militar norte ordena a desativação do CICAP. A medida deu origem a violentas manifestações e ocupação do RASP.

¹⁵ Ocupação da estação radiofónica da Igreja católica portuguesa – a Rádio Renascença – pelos seus jornalistas, e a subsequente autogestão da estação.

de uma longa luta reivindicativa (por aumentos salariais, emprego e melhoria das condições laborais) que, desencadeada imediatamente depois do 25 de Abril, se intensifica a partir de outubro de 1974 perante a ausência de investimentos na agricultura. Autonomamente ou enquadrados pelos sindicatos, os trabalhadores rurais mobilizam-se.

Apesar da moderação dos primeiros governos provisórios neste domínio¹⁶, os setores militares que, como a 5.^a Divisão, eram apologistas de transformações profundas, cedo se manifestam por um processo de reforma das estruturas agrárias.¹⁷ A questão é também contemplada no Programa de Política Económica e Social¹⁸ onde se alude a indispensabilidade dessa reestruturação, prevendo-se a adopção de medidas como a expropriação das terras incultas ou insuficientemente exploradas (REZOLA, 2012, p. 212 e ss.).

Teremos, no entanto, de esperar pelo 11 de Março de 1975 para que a matéria seja alvo da atenção dos legisladores, abrindo novas perspectivas ao processo já em curso. Antes de mais, com a aprovação, pelo CR, do decreto-lei n.º 203-C/75, de 15 de abril (Medidas Económicas de Emergência), no qual se previa o controlo da produção pelos trabalhadores e um programa progressivo de reforma agrária, que passaria pela nacionalização e expropriação dos latifúndios e grandes explorações agrícolas. Deixando patente uma concepção de Reforma Agrária dirigista, este documento representa uma tentativa de regulamentar o processo e travar as “ocupações selvagens”, num momento em que, só no distrito de Évora, estavam já ocupadas mais de 100 herdades.

¹⁶ Ver, a título de exemplo, o programa do I Governo Provisório que se limita a postular a “dinamização da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária”.

¹⁷ “É urgente começar o processo de reforma das estruturas agrárias” in *Movimento*, n.º 5, de 26 de nov. 1974.

¹⁸ O Programa de Política Económica e Social foi elaborado por uma equipa dirigida por um dos homens fortes do MFA – Ernesto Melo Antunes – entre outubro de 1974 e fevereiro de 1975. Acusado de ser demasiado moderado quanto às reformas a empreender, acabará por nunca ser aplicado.

Finalmente, em julho de 1975, a publicação de nova legislação vem clarificar o processo, fixando as normas a que devem obedecer a expropriação dos prédios rústicos (Decreto-Lei 406-A/75, de 29 de julho) e a nacionalização das terras beneficiadas pelos aproveitamentos hidroagrícolas (Decreto-Lei 407-A/75, de 30 de julho). Segundo António Bica, pela expectativa que criou de avanços das medidas de Reforma Agrária, esta legislação proporcionou um substancial aumento do número de ações “de ocupação de herdades pelos trabalhadores agrícolas distribuídos pelos sindicatos para trabalhar nelas, sempre que, ou os donos recusavam pagar os salários, ou havia evidência ou suspeita séria de ações lesivas da economia das explorações” (BICA, 2004, p. 149).

Assim, se até julho de 1975 estavam ocupados cerca de 130 mil hectares de terra, esse valor rapidamente se eleva. Num curto espaço de tempo, cerca de 1 milhão de hectares de terra são ocupados no Alentejo e transformados em Unidades Coletivas de Produção. Segundo António Barreto, “a polarização social era nítida: um objetivo, a terra; uma classe, os proletários rurais; uma região, o Alentejo; um dirigente, o Partido Comunista; uma organização de massas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; um inimigo, os proprietários de terras” (BARRETO, 1987, p. 463). A Revolução chegara em força aos campos do Sul.

A partir de setembro de 1975, o movimento conhece um novo impulso: em apenas dois meses ocupam-se 60% do total das terras a expropriar, correspondendo a cerca de 700 mil hectares. O fenómeno, que coincide com a tomada de posse do VI Governo e o afastamento dos setores *gonçalvistas*¹⁰ da esfera de poder, pode parecer estranho aos mais desatentos. No entanto, como explica José Medeiros Ferreira,

¹⁰ Designação utilizada para fazer referência ao grupo de apoio do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, tido como muito próximo do PCP.

esta aparente disfunção no tempo das ocupações tanto se pode explicar pela tentativa das forças radicais em compensar no campo social a recente derrota no campo político, como se pode entender pela conjugação do fenómeno recorrente do medo outonal do desemprego no Alentejo com a novidade daquele ano que foi a aprovação do Decreto-Lei n.º 541-B/75, de 27 de setembro (FERREIRA, 1993, p. 127).

Este decreto alarga o crédito agrícola de emergência às Unidades Coletivas de Produção, para pagamento de salários e melhoramentos agrícolas.

À semelhança do que acontecia com as comissões de moradores e de trabalhadores, as Unidades Coletivas de Produção e as Cooperativas de Produção constituem experiências únicas de mobilização e participação popular. Tratavam-se de associações de trabalhadores que se organizaram para gerir terras, máquinas, gado, equipamentos e instalações das propriedades ocupadas. No total, a área de terras gerida pelos trabalhadores superou o milhão de hectares de terra. Uma alternativa radicalmente diversa à organização e modo de produção que, até então, tinham presidido aos destinos dos campos do Sul.

Apesar de ser evidente que o processo de ocupações de terras decorre, em grande medida, de uma crescente conflituosidade social, por esclarecer fica, mais uma vez, a intervenção ou o apoio dos poderes estabelecidos a essas iniciativas. Segundo Pezarat Correia, então comandante da Região Militar Sul, “os militares que durante esse período tiveram responsabilidades essenciais ao nível do poder político e militar apoiaram institucionalmente esse processo, mas não lhes coube nem a iniciativa do seu desencadeamento nem a liderança da sua condução” (CORREIA, 2004, p. 163). Outros autores, como Afonso de Barros, enfatizam também a “independência” do movimento, afirmando que a Reforma Agrária “não foi consequência

de qualquer projeto político definido pelo poder central e por este claramente assumido”, tendo antes resultado “da relação de forças e do desenvolvimento das contradições na zona sul do país” onde existia uma “avançada consciência de classe, capacidade de luta e nível de organização do proletariado rural” (BARROS, 1979, p. 51-52). Discordando desta visão, o economista Silva Lopes enfatiza a ação dos sindicatos e de algumas organizações partidárias no processo de ocupação de terras (LOPES, 1996, p. 352).

1.5 Comissões de trabalhadores

O mundo empresarial foi igualmente palco de ações coletivas. Logo em maio de 1974, é possível detetar uma onda reivindicativa e grevista insólita que atinge todo o país e setores de atividade (ferroviários, metalúrgicos, operários dos lanifícios, funcionários dos CTTs, etc.) (PATRIARCA, 1999). Formam-se comissões de trabalhadores nas empresas, organizam-se greves, exigem-se melhorias salariais e de condições de trabalho, sanciam-se gestores. O processo não era novo, atendendo às movimentações e lutas operárias do último trimestre de 1973. No entanto, para a grande maioria da população, privada desta informação pelo estreito crivo da censura, este era um facto inédito, revelador da descompressão que o 25 de Abril propiciara no mundo laboral.

Segundo um levantamento feito pelo politólogo espanhol Durán Muñoz (1997, p. 103 e ss.), entre maio de 1974 e novembro de 1975 é possível contabilizar cerca de 1.000 conflitos laborais (958). Lisboa é o distrito com maior incidência de casos (43%), seguido do Porto (12%) e Setúbal (8%). O movimento atinge quase todos os setores de atividade, do têxtil e couro (19% das empresas consideradas) à indústria de produtos metálicos e de maquinaria (15%) e, em menor escala, a setores como construção e obras públicas, indústria química, alimentação, bebidas e tabaco (7%), entre outros. No que diz respeito às dimensões, sobressai o facto de o maior número de conflitos ocorrer

em empresa com menos de 250 trabalhadores. As formas de luta são as mais diversificadas: manifestações de rua, greves, ocupação de instalações, sequestro de proprietários/gestores, produção de comunicados, etc. Apesar de nem sempre ser clara a motivação específica que preside a estas ações, Durán Muñoz calcula que, na sua maioria (46% dos casos), se deveram à apresentação de um caderno reivindicativo socioeconómico ou simplesmente à exigência de aumentos salariais.

Este processo, de inegável peso quantitativo, representa, também e sobretudo, uma profunda transformação qualitativa. Em mais de metade dos conflitos inventariados, os trabalhadores desencadearam “ações virtualmente revolucionárias ou pelo menos transgressoras da lei e da ordem”, como a paralisação e as ocupações das instalações ou a ocupação e o início de um processo de autogestão. Além do desafio da ordem pública e da perturbação da paz social, estas iniciativas “implicavam uma subversão das estruturas sociais e económicas (próprias do sistema de economia de mercado imperante) de que as novas autoridades se diziam garantes” (DURÁN MUÑOZ, 1997, p. 36 e 142).

A esse respeito, merecem especial referência as ocupações dos locais de trabalho que, juntamente com os sequestros de pessoas e bens, constituem “as formas de luta mais originais e violentas no processo português” (FERREIRA, 1993, p. 108). Segundo os dados ao nosso dispor, estas ocupações, que representam a subversão das relações e estrutura de poder, atingem maioritariamente as pequenas e médias empresas. As motivações que estão por detrás destas ações são diversificadas e vão desde o abandono, atraso no pagamento dos salários, ameaças de despedimento ou a retirada de maquinaria ou outros bens das empresas. Os trabalhadores organizam piquetes à porta das fábricas para impedir a saída de documentação, maquinaria, produtos e, por vezes, dos próprios administradores, diretores ou gerentes. Estes últimos viam-se muitas vezes afastados das suas empresas e incapacitados para exercer o seu poder, face ao desenvolvimento de práticas de oposição por parte dos trabalhadores.

O resultado destas ações de expulsão da entidade patronal e/ou ocupação de instalações varia também consoante as situações. Há casos em que se assiste à cessação de atividade produtiva. Noutros, criam-se cooperativas – um processo pouco estudado, mas que, ao que tudo indica, foi bastante expressivo. Assinalam-se ainda outras formas de autogestão sob controlo de comissões de trabalhadores, mas também de intervenção estatal.

A radicalização das formas de luta desenvolvidas pelos trabalhadores tem explicações várias. Radica, desde logo, como já assinalámos, na percepção da fragilidade do poder, da sua pouca coesão e na ausência de coordenação entre os diferentes atores estatais (Governo, Administração, Exército e Polícia). Esta consciência da debilidade ou mesmo, em algumas conjunturas, do vazio de poder faz com que os trabalhadores vislumbrem uma oportunidade única de radicalizar as suas ações e protestos.

Segundo Hammond, o controlo operário não fazia parte de um programa político ou de um princípio ideológico abstrato. Traduzia uma “resposta à necessidade” (1988, p. 159). No entanto, não se teria desenvolvido sem uma circunstância política favorável e a emergência de uma nova consciência que percecionou as possibilidades que essa conjuntura encerrava. Ou seja, os operários vislumbraram a oportunidade para radicalizar as suas formas de luta devido à inação governamental. Esta decorria, entre outras coisas, do temor acerca dos custos (políticos e sociais) de uma eventual intervenção repressiva sobre o operariado, mas também da profunda divisão entre os diferentes órgãos de poder estatal e da ausência de uma clarificação sobre o âmbito dos seus poderes.

1.6 O poder político: militares e partidos

O 25 de Abril foi levado a cabo por um movimento estritamente militar, de oficialidade intermédia, sem interferências partidárias. Se inicialmente são razões de ordem profissional que movem o grosso dos oficiais que se envolveram no *Movimento dos Capitães*, a feição corporativa é rapidamente abandonada. A partir de finais de 1973 é cada vez mais evidente a politização do movimento que se move agora em torno de duas bandeiras centrais, decisivas à hora de promover o golpe de estado. Desde logo, a necessidade de pôr fim à guerra colonial e proceder a uma rápida descolonização. Depois, a ideia de que o derrube da ditadura deveria dar lugar a um breve período de transição tendo em vista criar as condições necessárias para a instauração de uma democracia (REZOLA, 2007).

A necessidade de acautelar o cumprimento destes propósitos leva os *Capitães* a munirem-se de um programa político mínimo assente em três ideias basilares: Descolonização, Democratização e Desenvolvimento. No novo esquema constitucional provisório avançado por esse Programa, não estava previsto qualquer lugar para o MFA. A sua ideia era a de, realizado o golpe de estado, delegar o poder. No organograma proposto, as responsabilidades eram repartidas por um órgão militar designado pelo MFA (Junta de Salvação Nacional) e por um órgão civil (governo provisório).²⁰ À JSN caberia, essencialmente, gerir a situação até à constituição do governo provisório e fiscalizar a evolução do processo até à plena instauração de um regime demo-

²⁰ O Programa prevê ainda que o presidente da JSN exerça as funções de Presidente da República até à realização de eleições. Este esquema será completado pela Lei 3/74, de 14 de maio, onde se determina a existência, neste período de transição pré-constitucional, de seis órgãos de soberania – Assembleia Constituinte, Presidente da República, JSN, Conselho de Estado, Governo Provisório e tribunais –, alguns dos quais com amplos poderes constituintes (Conselho de Estado) e legislativos (Governo Provisório e, em algumas matérias, Conselho de Estado).

crático. Ao Governo, por seu lado, são atribuídas funções de “gestão corrente” até à realização de eleições legislativas.

A definição dessa tutela militar leva também os Capitães a previamente determinar quem ocuparia dois dos lugares centrais da “nova ordem”: Costa Gomes (Presidente da República) e António de Spínola (Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas). No entanto, apesar de todas as providências tomadas, os oficiais do MFA não conseguem criar as condições para garantir uma transição sem sobressaltos. A situação agrava-se com o surgimento de um conjunto de fatores imprevistos, que alteram radicalmente o seu projeto como a inédita agitação social, a quebra da cadeia tradicional de comando das Forças Armadas e, sobretudo, a posição assumida por António de Spínola (REZOLA, 2002).

1.7 O spinolismo

Spínola tinha um projeto político próprio patente no seu livro *Portugal e o Futuro*, que se clarifica nas suas primeiras intervenções como Presidente da República. Nele se consigna a instauração de um regime presidencialista, uma transição musculada e gradual, sem sobressaltos, levada a cabo num clima de ordem social e disciplina, e uma solução federativa de tipo referendário para as colónias. Estas propostas entravam em contradição com os princípios do Programa do MFA, que apontavam para a realização de eleições para a Assembleia Constituinte no prazo de um ano e, sobretudo, para o direito dos povos à autodeterminação. Neste contexto, é fácil entender que os Capitães rapidamente abandonem a ideia de delegar o poder. Os seus primeiros confrontos com António de Spínola criam o terreno propício para que o MFA se transforme num agente político da nova ordem.

A concretização do projeto de Spínola passava pela diluição do MFA nas estruturas tradicionais das Forças Armadas e por um reforço dos poderes presidenciais. O projeto, traduzido na tentativa de instauração de um regime presidencialista, através de um golpe de

estado constitucional (“golpe Palma Carlos – Spínola”), provoca uma firme resposta do Movimento. Recriando a Comissão Coordenadora do Programa, o MFA irá progressivamente assumir-se como organismo de vigilância do cumprimento do Programa e como um centro de poder revolucionário autónomo.

Se inicialmente a força e a hegemonia do presidente da JSN são evidentes, e os seus ataques ao MFA quase têm sucesso, rapidamente a situação se inverte. Ao longo do Verão de 1974, a Coordenadora vai ganhando posições, levando Spínola a reconhecer o direito dos povos à autodeterminação e independência (Lei n.º 7/74, de 27 de julho) e a aceitar a nomeação de um dos membros da Coordenadora do MFA, Vasco Gonçalves²¹, como primeiro-ministro. O processo culmina, como é conhecido, nos acontecimentos do 28 de Setembro e na renúncia do Presidente Spínola.

1.8 O poder do MFA consolida-se

O afastamento de António de Spínola da Presidência da República assinala o início de uma nova fase no processo revolucionário. Ultrapassada a questão da descolonização, tornava-se urgente clarificar as efetivas atribuições dos centros de poder e, sobretudo, definir o alcance do poder militar. É nesse sentido que é criado o Conselho dos Vinte, organismo que, reunindo todos os militares com responsabilidades políticas²², visava à coordenação e superintendência da atividade do MFA. O Conselho dos Vinte assume a posição de órgão supremo de

²¹ Militar do Exército português, integra o Movimento dos Capitães em dezembro de 1973, vindo a fazer parte da Comissão de Redação do Programa do Movimento das Forças Armadas. Depois do 25 de Abril de 1974, integra a Comissão Coordenadora do MFA e o Conselho de Estado. Primeiro-Ministro de quatro dos seis governos provisórios do período revolucionário (II, III, IV e V Governos Provisórios), é tido como pertencente ao grupo dos militares próximos do PCP. Afastado do governo no final do Verão de 1975, acaba por perder toda a sua influência na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

²² Integra os sete elementos da JSN, os sete da Coordenadora, os cinco militares do MFA que, até então, tinha desempenhado funções políticas (Ministro ou Alto-Comissário) e o Comandante Adjunto do COPCON.

gestão político-militar, acentuando duas tendências anteriormente detetadas. Por um lado, a subalternização do poder civil, num momento os partidos dispõem ainda de estruturas muito incipientes e começam a trabalhar para adquirir uma projeção nacional. Depois, a colegialização do poder militar (tendência reforçada, pouco depois, com a criação da Assembleia de Delegados do MFA ou dos Duzentos). Estava dado o primeiro passo para a institucionalização.

Note-se que é frequente integrar a institucionalização do MFA num processo mais vasto da “escalada gonçalvista” no aparelho militar e do estado. Esta tese deve, no entanto, ser matizada. Em nosso entender, a institucionalização do MFA, através da criação do Conselho da Revolução (CR), é o resultado de uma metamorfose do Movimento proporcionada pelo próprio evoluir da Revolução. O decisivo não será a pretensa escalada gonçalvista, mas sim a consciência da debilidade dos partidos e da necessidade de um período de transição protagonizado pelos militares para garantir o cumprimento do Programa do MFA e evitar uma imolação da Revolução.

O debate sobre a institucionalização do MFA é inicialmente promovido pelas forças político-partidárias, traduzindo-se genericamente na conclusão de que era necessário garantir ao MFA um lugar no futuro quadro constitucional. À exceção de algumas organizações de extrema-esquerda e do PCP (que hesita quanto à conveniência da imediata realização de eleições), existe um amplo consenso quanto à necessidade de conjugar a legitimidade revolucionária com uma legitimidade eleitoral, a acionar o mais rapidamente possível. Paralelamente, os líderes das principais forças partidárias (PCP, PS, PPD e CDS) defendem abertamente a celebração de um acordo constitucional (“Pacto MFA-Partidos”) que deveria anteceder a realização das eleições para a Assembleia Constituinte (REZOLA, 2006, p. 58 e ss.).

Os acontecimentos do 11 de Março acabaram por precipitar a já prevista institucionalização do MFA. Concebido como um instrumento de intensificação da participação do MFA na vida político-militar, o CR

ocupa o lugar cimeiro da estrutura constitucional revolucionária. Os seus amplos poderes constituintes, militares e fiscalizadores²³ consolidam a liderança política do MFA, que ninguém, nesse momento, contesta publicamente. E, se alguma dúvida poderia prevalecer quanto ao real alcance dos poderes do CR – deveria assumir a postura de “motor” ou, pelo contrário, de simples “garante” da transição –, rapidamente a situação se clarifica. Basta recordar que a sua primeira medida é decretar a nacionalização da Banca e das companhias de seguros.

Os poderes do CR são reconhecidos e consagrados na Plataforma de Acordo Constitucional de 11 de abril de 1975 (“Pacto MFA-Partidos”).²⁴ Apesar da polémica acerca da real motivação de alguns líderes partidários à hora de assinar este acordo, a verdade é que ele garantia que, independentemente do resultado das eleições, o CR mantinha a liderança durante o período de transição e seria consagrado como órgão de soberania no futuro texto constitucional.

1.9 Legitimidade revolucionária ou legalidade eleitoral?

Definido o papel do CR como “motor da Revolução”, tornava-se urgente clarificar o seu projeto político. O Programa do MFA fazia referência à instauração de uma “Democracia Política”, sem, no entanto, definir com precisão os seus parâmetros. O problema agrava-se quando o termo Democracia é substituído pela “via socialista”, expressão consagrada no Pacto MFA-Partidos e que, a partir do 11 de Março, passa a dominar o léxico político nacional. Em causa está não só a definição dessa via, como também a dificuldade em clarificar o papel dos

²³ O Conselho da Revolução herda as competências antes atribuídas à JSN, ao Conselho de Estado e ao Conselho dos Chefes Estados-Maiores das Forças Armadas (Lei n.º 5/75, de 14 de março).

²⁴ Acordo subscrito pelo Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP), Partido Popular Democrático (PPD), Centro Democrático Social (CDS), Movimento Democrático Popular/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDS) e Frente Socialista Popular (FSP).

partidos políticos. A questão ganha particular relevância depois da realização das eleições para a Assembleia Constituinte e dos primeiros confrontos violentos entre os apologistas da via revolucionária e os da via eleitoral (nomeadamente em torno das celebrações do 1.º de Maio e do caso *República*). Porque, de facto, a efetivação das eleições abriu novas perspetivas aos apologistas da via eleitoral: aparentemente apontam para uma democracia pluralista a instituir. A questão que se colocava era a de saber até que ponto a presença do MFA na vida política era compatível com esse modelo de democracia.

O mês de maio é já dominado por esta questão multiplicando-se as propostas sobre a definição da *via socialista portuguesa*. Apesar do acordo quanto à necessidade do estabelecimento de uma “aliança Povo-MFA”, concebida como elemento estruturante da “via” a instituir, a determinação dos contornos dessa aliança e, sobretudo, do esquema de organização do Estado gera uma ampla polémica no MFA.

O *Programa de Ação Política* (PAP), de junho de 1975, representa ainda uma tentativa de encontrar uma plataforma de entendimento. No entanto, apesar de ser uma proposta suficientemente lata para poder abarcar as tendências que se iam definindo, o acordo é frágil e precário. Não solucionando, de forma satisfatória, os problemas que se colocavam na definição de poderes e áreas de competência dos diferentes agentes da transição – MFA / Partidos / Poder Popular – o PAP é rapidamente ultrapassado.

A partir de inícios de julho, assistimos a uma pulverização de projetos políticos, tradução prática das ruturas então já operadas no seio do MFA e da sociedade portuguesa em geral. De um lado, os setores afetos ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e próximos do PCP, a que inicialmente estão associados os que gravitam em torno do comandante do COPCON. No seu projeto de institucionalização da “aliança Povo-MFA”, os partidos políticos são completamente marginalizados (*Documento Guia de Aliança Povo-MFA*, 8 de julho). De

outro, os defensores de uma transição gradual, através de democracia política, para a sociedade socialista (*Documento dos Nove*, 7 de agosto).

A proposta, que parte do setor moderado do MFA, colhe amplo apoio entre partidos como o PS, PPD e mesmo CDS. Finalmente, um terceiro grupo que, autonomizando-se do primeiro, faz a apologia do poder popular e da democracia direta (*Autocrítica Revolucionária do COPCON*, 13 de agosto) e encontra apoio nos partidos e movimentos de extrema-esquerda. Em agosto de 1975 encontramos o MFA profundamente dividido e, por isso mesmo, com o seu poder enfraquecido. A constituição do *Diretório* (Costa Gomes – Vasco Gonçalves – Otelo) não é mais que um dos sinais da profunda crise de direção vivida no MFA.

Finalmente, refira-se que o afastamento de Vasco Gonçalves e a reestruturação do CR, em setembro de 1975, proporcionam um importante momento de clarificação, catapultando os *moderados* para um lugar de destaque no aparelho político-militar. No entanto, neste processo, não podemos menosprezar a intervenção do PS ou o papel da frente civil por eles liderada que, depois das eleições para a Constituinte, nas ruas reclama um maior respeito pela legitimidade eleitoral e pela democracia pluralista. A “pressão da rua”, associada ao crescente descontentamento de alguns setores do MFA e das Forças Armadas, acaba por ser um dos fatores determinantes no afastamento dos *gonçalvistas*.

1.10 Um crescente peso das forças político-partidárias

Durante os primeiros momentos da revolução, os partidos políticos tinham estado numa posição de grande debilidade (REZOLA, 2007, p. 143 e ss.). Uns, como o PCP, com longa experiência de clandestinidade, têm de se adaptar às novas circunstâncias da vida em legalidade. Outros, como o PS, atravessam problemas internos que levam mesmo às primeiras cisões. Outros ainda, como o PPD ou o CDS, nascidos depois do 25 de Abril, defrontam-se com dificuldades próprias da sua juventude. Todos eles, assim como a multiplicidade de partidos e organizações que então

veem a luz do dia, manifestam deficiências de organização e estrutura, fortes carências de pessoal, deficientes máquinas partidárias e óbvias dificuldades em conseguir uma projeção nacional. Depois de décadas de ditadura, a tarefa não se revelava fácil, levando a que, inicialmente, a intervenção dos partidos seja pouco significativa.

Patente desde o início do processo, o peso dos militares na transição acentua-se no início de 1975 e, sobretudo, depois da constituição do CR. No entanto, com a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de Abril de 1975, a posição dos partidos altera-se substancialmente. Contando com crescentes apoios nacionais e internacionais, e com a legitimidade eleitoral, a imagem da sua subordinação ao poder militar, que marcara os primeiros meses, desaparece. Partidos como o PS ou o PPD acentuam agora a sua individualidade e exigem um lugar próprio na condução do processo.

Contando com uma ampla participação, as eleições saldaram-se numa estrondosa vitória para o PS, que, com 37,9% dos votos, consegue eleger 116 dos 250 deputados da Assembleia. Segue-se o PPD, com 26,4% e 81 deputados. Os grandes derrotados serão o PCP (12%, 30 deputados), o MDP/CDE (4,1%, cinco deputados) e, obviamente, os defensores do voto em branco. Apesar da difícil conjuntura que atravessara na sequência do 11 de Março, o CDS ocupa o 4.º lugar e faz eleger 16 deputados. Finalmente, a UDP e ADIM, com apenas um deputado respetivamente.

O crescente peso dos partidos políticos, nomeadamente dos que obtiveram melhores resultados eleitorais, torna-se evidente ao longo do *Verão Quente* de 1975. No entanto, é sobretudo a partir de setembro de 1975 que o seu papel adquire nova dimensão. Apesar de defenderem o papel liderante do MFA, os *Nove*, que dominam agora o CR, dão outra relevância aos mecanismos da democracia representativa. Em resposta a uma das reivindicações socialistas, o VI Governo reflete já o resultado das eleições, num momento em que *gonçalvistas/otelistas* se apoiam crescentemente no “poder da rua”. A intervenção partidária ganha progressivamente terreno e importância até e, sobretudo, depois do 25 de Novembro.

O 25 de Novembro é provavelmente um dos episódios mais nebulosos da revolução portuguesa. Segundo o líder comunista Álvaro Cunhal, o 25 de Novembro foi “um golpe militar contrarrevolucionário” protagonizado por um “vastíssimo e heterogéneo leque de alianças” de “fascistas e variadas forças de direita”, tendo como objetivo “ilegalizar e reprimir violentamente” o PCP e a esquerda militar (CUNHAL, 1999, p. 211-212). A tese, que tem amplos apoios na esquerda militar e civil, é contestada pelos que interpretam o 25 de Novembro como um golpe de estado, protagonizado pelo PCP e esquerda militar, tendo em vista ou uma alteração da correlação de forças no aparelho de Estado e militar ou a tomada do poder. Neste contexto, a ação dos moderados é entendida como uma resposta a essa tentativa de golpe de estado (REZOLA, 2006, p. 480 e ss).

Apesar de todas as incógnitas que, ainda subsistem, o 25 de Novembro constitui um momento fundamental da transição, permitindo uma profunda clarificação político-militar. Segundo alguns, como o socialista Sottomayor Cardia, o “País mítico do esquerdismo alucinado” tinha acabado. Independentemente das interpretações que possam ser apresentadas, a verdade é que o 25 de Novembro veio alterar a correlação de forças tanto a nível civil como militar, proporcionando o desmantelamento da esquerda militar e a progressiva supremacia civil e a abertura de um novo momento político: o da transição entre o processo revolucionário, que marcara os anos de 1974-1975, e a institucionalização da democracia. Primeiro, procede-se à revisão do Pacto MFA-Partidos (26 de fevereiro). Depois, aprova-se o novo texto constitucional (2 de abril), e realizam-se eleições legislativas (25 de abril) e presidenciais (27 de junho). As novas instituições estão definidas. A fase de incerteza quanto à natureza do regime político terminava, e o romantismo revolucionário dava lugar à política real.

REFERÊNCIAS

BANDEIRINHA, José António Oliveira. *O Processo SAAL e a arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da FCTUC, 2001, 2 vols.

BARRETO, António. *Anatomia de uma Revolução: a reforma agrária em Portugal 1974-1976*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

BARROS, Afonso de. *A Reforma Agrária em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

BERMEO, Nancy G. *The Revolution within the Revolution: workers' control in rural Portugal*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

BICA, António. A Reforma Agrária nos primeiros meses do VI Governo Provisório. In: Murteira, António (Dir.). *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 149-153.

BRUNEAU, Thomas. Portugal's unexpected transition. In: Maxwell, K.; Haltzel, Michael H. (Org.). *Portugal: Ancient Country, Young Democracy*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1989, p. 9-23.

CORREIA, Pedro Pezarat. Os militares e a Reforma Agrária. In: Murteira, Mário (Dir.). *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 155-163.

_____. *Questionar Abril*. Lisboa: Caminho, 1994.

CUNHAL, Álvaro Cunhal. *A verdade e a mentira na Revolução de Abril: a contrarrevolução confessa-se*. Lisboa: Edições Avante, 1999.

DOWNS, Charles. Residents's Commissions and Urban Struggles in Revolutionary Portugal. In: GRAHAM, Lawrence S.; WHEELER, Douglas L. (Eds.). *In Search of Modern Portugal*. Madison: University of Wisconsin Press, 1983, p. 151-179.

_____. *Revolution at the Grassroots: community organizations in the portuguese revolution*. New York: State University of New York Press, 1989.

DURÁN MUÑOZ, Rafael. *Acciones colectivas y transiciones a la democracia: España y Portugal, 1974-1977*. Madri: Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1997.

FERREIRA, José Medeiros. *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*. Lisboa: INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

_____. Portugal em Transe. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. VIII.

GOVERNO PROVISÓRIO (I). *Linhas programáticas do Governo Provisório*. Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt/media/464072/GP01.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

HAMMOND, John L. *Building Popular Power: workers' and neighborhood movements in the portuguese revolution*. New York: Monthly Review Press, 1988.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave: democratization in the late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

LOPES, José da Silva. A economia portuguesa desde 1960. In: BARRETO, José (Org.). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 233-364.

OLIVEIRA, César de. *Os anos decisivos: Portugal 1962-1985. Um Testemunho*. Lisboa: Presença, 1993.

PALACIOS CEREZALES, Diego. *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

PATRIARCA, Maria de Fátima. A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social? In: AA VV. *Portugal e a transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 137-160.

POUCHIN, Dominique. O último teatro leninista. In: MESQUITA, Mário; REBELO, José (Org.). *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 179-183.

REIS, António. A dialética entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 17, p. 561-573, 1995.

_____. A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização. In: REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, [1993], vol. 6, p. 13-62.

_____. O processo de democratização. In: REIS, António. *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 19-39.

REZOLA, Maria Inácia. *António de Spínola*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

_____. *Os militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

_____. *25 de Abril: os mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

_____. *Melo Antunes, uma biografia política*. Lisboa: Editorial Âncora, 2012.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3.ed. Porto: Afrontamento, 1998.

SOARES, Mário. Depoimento. In: ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL. *25 de Abril, 20 anos (1975-1994)*. S.l.: Associação 25 de Abril, 1994, p. 53.

SOBRE OS AUTORES

Maria Inácia Rezola

Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC-UNL, Portugal). Colaboradora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISTCE/IUL, Portugal) e do Instituto de Comunicação e Media de Lisboa (ESCS, Portugal). Professora adjunta na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL, Portugal). Doutora em História, na especialidade História Institucional e Política Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. As suas áreas de interesse incluem a História Política

Contemporânea privilegiando os processos de transição e democratização, as relações Igreja-Estado assim como a história das mídias. É autora, entre outros, dos seguintes livros: *O sindicalismo católico no Estado Novo* (Estampa, 1999); *Os militares na Revolução de Abril: o conselho da Revolução e a transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* (Campo da Comunicação, 2006); *Melo Antunes, uma biografia política* (Âncora, 2012). Coordenadora de obras como: *Democracia, ditadura, memória e justiça política* (Tinta da China, 2014); e *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril* (Figueirinhas, 2016).

